

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

MARIANA DE ASSIS MARTINELLI

**CAMPANHAS DE DIGNIDADE MENSTRUAL: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS
CONTRA A POBREZA MENSTRUAL EM VARGINHA-MG**

Varginha-MG

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

MARIANA DE ASSIS MARTINELLI

**CAMPANHAS DE DIGNIDADE MENSTRUAL: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS
CONTRA A POBREZA MENSTRUAL EM VARGINHA-MG**

Trabalho apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Margarete Pereira.

Varginha-MG

2024

RESUMO

O objetivo deste trabalho é relatar descritivamente a experiência de construção de uma Campanha de Dignidade Menstrual realizada em Varginha-MG, inicialmente em 2021, período da pandemia da Covid-19, destinada à arrecadação e distribuição gratuita de absorventes para pessoas que menstruam em situação de rua do município e mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica atendidas pelo Núcleo de Capacitação para a Paz (NUCAP/Varginha). A partir da experiência dessa campanha, registrada como evento de extensão e realizada pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (ICSA/UNIFAL-MG), por meio do Grupo de Pesquisa GENI (Gênero pela não intolerância), outras duas Campanhas foram organizadas, uma voltada para o público que utiliza o espaço físico do ICSA, incluindo a comunidade externa a partir do acesso ao Restaurante Universitário, e outra em parceria com uma Organização do Terceiro Setor localizada no mesmo bairro da Universidade, Padre Vítor, a Associação Oficina do Ser. Do ponto de vista metodológico, o trabalho parte de uma pesquisa bibliográfica-documental, apoiada em um referencial teórico pertinente ao tema “pobreza menstrual” e em documentos que evidenciam dados sobre a questão, e de entrevistas de participantes das campanhas, três professoras que atuaram como coordenadoras e/ou coordenadoras adjuntas, em momentos distintos, e duas alunas que participaram da equipe executora em mais de uma edição da campanha, todas participantes do GENI, buscando identificar a percepção destas em relação à atividade extensionista em destaque. O trabalho apontou que campanhas realizadas pelo Grupo de Pesquisa GENI, dentro e fora da instituição de ensino, apresentaram a importância do tema e promoveram uma conscientização das pessoas sobre a pobreza menstrual, combatendo os estigmas e tabus relacionados, visto que a pobreza menstrual se configura como uma violação de direitos fundamentais e de igualdade de gênero.

Palavras-chave: Campanhas de Dignidade Menstrual; Extensão; Pobreza Menstrual.

ABSTRACT

The objective of this paper is to descriptively report the experience of building a Menstrual Dignity Campaign held in Varginha-MG, initially in 2021, period of the Covid-19 pandemic, intended for the collection and free distribution of tampons for people who menstruate on the streets of the municipality and women in a situation of social and economic vulnerability served by the Center for Training for Peace (NUCAP/Varginha). From the experience of this campaign, registered as an extension event and held by the Institute of Applied Social Sciences of the Federal University of Alfenas (ICSA/UNIFAL-MG), through the Research Group GENI (Gender for non-tolerance), two other Campaigns were organized, one aimed at the public that uses the physical space of the ICSA, including the external community from access to the University Restaurant, and another in partnership with a Third Sector Organization located in the same neighborhood of the University, Padre Vítor, the Associação Oficina do Ser. From a methodological point of view, the work starts from a bibliographic-documentary research, supported by a theoretical reference pertinent to the theme "menstrual poverty" and in documents that show data on the issue, and interviews of participants in the campaigns, three teachers who acted as coordinators and/or assistant coordinators, at different times, and two students who participated in the executing team in more than one edition of the campaign, all participants of the GENI, seeking to identify the perception of these in relation to the highlighted extension activity. The work pointed out that campaigns carried out by the GENI Research Group, inside and outside the educational institution, presented the importance of the theme and promoted people's awareness of menstrual poverty, combating the stigmas and related taboos, since menstrual poverty is configured as a violation of fundamental rights and gender equality.

Palavras-chave: Menstrual Dignity Campaigns; Extension; Menstrual Poverty.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Postagens no Instagram da Campanha Dignidade Menstrual	27
Figura 2 - Painel sobre a Campanha de Dignidade Menstrual	27
Figura 3 - Painel sobre a Campanha de Dignidade Menstrual	27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. POBREZA MENSTRUAL: CONCEITOS, DADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	11
3. CAMPANHAS DE DIGNIDADE MENSTRUAL EM VARGINHA: AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A – Perguntas para Coordenadora 2	44
APÊNDICE B – Perguntas para Coordenadora 3	45
APÊNDICE C – Perguntas para Coordenadora 1	46
APÊNDICE D - Perguntas para Discentes 1 e 2	47

1. INTRODUÇÃO

O problema da "Pobreza Menstrual" ou "Precariedade Menstrual", assunto que por muito tempo foi considerado um tabu em grande parte do mundo, no ano de 2019, ganhou maior visibilidade com a premiação do filme **Absorvendo Tabu**, agraciado com o Oscar de melhor documentário de curta-metragem. No filme, dirigido por Rayka Zehtabchi, destaca-se o impacto do estigma menstrual em uma comunidade sem recursos materiais e informação, próxima à capital da Índia, revelando não só a escassez de absorventes, mas também os mitos que rondam a menstruação e que prejudicam as pessoas que menstruam de exercer direitos básicos, como ir à escola e/ou trabalhar. A falta de acesso a absorventes resulta em impactos severos, como preconceito, perda de empregos e interrupção dos estudos para as pessoas que menstruam. A produção audiovisual destaca que apenas 10% das mulheres na Índia têm acesso a absorventes, levando muitas a usar materiais improvisados de forma não higiênica, fazendo uso de expedientes que colocam em risco sua saúde.

No Brasil, o problema foi tratado no curta-metragem documental **Pobreza Menstrual - O Filme**, dirigido por Mayara Floss, em 2021. A produção brasileira aborda a realidade nacional, apresentando ainda dados da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o uso de expedientes improvisados por pessoas que menstruam como jornal, papelão, algodão e até miolo de pão devido à falta de absorventes.

Já em 2014, a ONU (VIEIRA, 2022) reconheceu o direito à higiene menstrual como uma questão de saúde pública e de direitos humanos, ressaltando que pessoas em situação de rua, privadas de liberdade, que vivem em abrigos, áreas rurais e remotas e/ou se encontram em situação de pobreza são as mais vulneráveis.

No Brasil, estima-se que 26% de jovens que menstruam entre 15 e 17 anos não têm condição financeira de comprar absorventes, pois o item higiênico é entendido como algo supérfluo, sendo tributado como categoria de cosmético, aumentando seu custo de fabricação e o preço final para o consumidor (KORUI, 2021). De acordo com **Pobreza Menstrual – O filme** (2021, online) estima-se que 1 entre 10 meninas cisgênero não comparece à escola por falta de absorventes ou de banheiros apropriados, ocasionando em comprometimento educacional e resultando no aumento da desigualdade de gênero, assim como diminuindo as chances de se quebrar o ciclo da pobreza.

Considerando o contexto acima, este trabalho busca apresentar a construção de uma Campanha de Dignidade Menstrual realizada em Varginha-MG, inicialmente em 2021, período da pandemia da Covid-19, destinada à arrecadação e distribuição gratuita de absorventes para pessoas que menstruam em situação de rua do município e mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica atendidas pelo Núcleo de Capacitação para a Paz (NUCAP/Varginha).

A partir dessa Campanha, registrada como evento de extensão e realizada pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (ICSA/UNIFAL-MG), por meio do Grupo de Pesquisa GENI (Gênero pela não intolerância), cadastrado no Diretórios de Grupos de Pesquisa do CNPq,¹ e do Programa de Extensão Dandara,² em parceria com coletivos feministas e instituições da cidade de Varginha, outras duas outras Campanhas foram organizadas, uma voltada para o público que utiliza o espaço físico do ICSA, incluindo a comunidade externa a partir do acesso ao Restaurante Universitário, e outra em parceria com uma Organização do Terceiro Setor localizada no mesmo bairro da Universidade, Padre Vítor, a Associação Oficina do Ser.³

Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica-documental, apoiado em referencial teórico pertinente ao tema “pobreza menstrual” e em documentos que evidenciam dados sobre a questão,⁴ para uma abordagem qualitativa. Leitão (2021, p. 4) aponta que uma pesquisa qualitativa baseia-se no “raciocínio indutivo e

¹ Em 2021, o grupo era identificado como Grupo de Estudos sobre Estado, Mulher e Políticas Públicas, tornando-se Grupo de Pesquisa, cadastro do Diretório de Pesquisas do CNPq, em 2023, utilizando seu nome inicial (de 2014), Gênero pela não intolerância (GENI). O GENI tem início em 2014, sendo sua nomeação uma homenagem à canção de Chico Buarque, “Geni e Zepelim” (1978). “O grupo se propõe a fomentar e discutir trabalhos relacionados a questões como: romantização da maternidade, parentalidade, trabalho doméstico, controle reprodutivo, acesso e condições de permanência da mulher na escola, endividamento familiar, violências contra mulheres e população LGBTQIAP+, reforço a estereótipos de gênero, genocídio de populações indígenas e da juventude negra, avanço de práticas e discursos liberais colonizados, aumento do encarceramento em massa de pessoas (sobretudo, mulheres) não-brancas e proletarizadas ao redor do globo e que configuram, portanto, críticas a instrumentos de gestão da pobreza usados para mascarar a necessidade no contexto neoliberal atual de se empurrar pessoas não-brancas e proletarizadas (sobretudo, mulheres) ao trabalho reprodutivo compulsório e/ou ao cárcere, a fim de mascarar a face essencialmente predatória e discriminatória da ordem social e econômica.” Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgps/grupos-e-projetos-de-pesquisa-em-andamento/>. Acesso em 31 mai. De 2024.

² Desenvolvendo Ações negras, Decoloniais e Antirracistas (Dandara), composto por três projetos de extensão, Rádio Malês, Respira e Biblioteca Preta, além de outras ações no formato de eventos.

³ Estas duas campanhas foram realizadas apenas pelo GENI.

⁴ Para a construção desse trabalho foram também utilizados os documentos de apresentação das propostas de extensão junto à Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alfenas, no sistema CAEX (Controle de ações de extensão), e os relatórios finais das campanhas produzidos por suas coordenadoras.

interpretativo (JAPIASSÚ; MARCONDES; 1996), de influência empirista, que vai do particular para o geral a partir da análise e interpretação dos fenômenos”, buscando “identificar, explorar, coletar e construir significados sobre a questão de estudo (LEITÃO; PRATES, 2017)”. Nesse processo, ressalta Leitão (2021, p. 4), “a linguagem, verbal e não verbal, assume posição central, possibilitando a produção de significados”.

O trabalho tem o objetivo de relatar descritivamente a experiência extensionista do Grupo de Pesquisa de GENI na construção de campanhas relativas à pobreza menstrual, observando, ainda, as percepções de suas participantes quanto às dificuldades diversas encontradas na organização das campanhas, bem como seus resultados positivos em termos materiais e de conscientização dos públicos envolvidos sobre o problema da pobreza menstrual, materializada nas falas daquelas que atuaram na ação de extensão, seja na função de coordenação, seja na de equipe executora. Este trabalho não apenas descreve as ações realizadas nas campanhas, mas também busca contribuir para o entendimento do conceito de extensão universitária, enfatizando a importância de que essas iniciativas estejam alinhadas com as diretrizes do FORPROEX (2012).

Para tanto, foram feitas entrevistas com três professoras que atuaram como coordenadoras e/ou coordenadoras adjuntas das campanhas, em momentos distintos, e duas alunas que participaram da equipe executora em mais de uma edição da campanha, todas participantes do Grupo de Pesquisa GENI. Além disso, o trabalho apresenta também a minha percepção como equipe executora da última fase da campanha, realizada em parceria com a Oficina do Ser. A coleta de informações por meio de entrevistas permite a obtenção de um “material mais minucioso,” na medida em que se pode “interferir no processo de reflexão, solicitando esclarecimentos, exemplos e aprofundamentos” (LEITÃO, 2021, p. 7). No caso das entrevistas com as Coordenadoras 2 e 3 e as Discentes 1 e 2 foi adotada a entrevista estruturada.⁵ Após a realização destas entrevistas, optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada⁶ no caso da Coordenadora 1, a partir do roteiro encaminhado para a Coordenadora 2. A

⁵ Entrevistas estruturadas “são aquelas cujos tópicos ou perguntas do roteiro obedecem a uma definição e uma sequência rígida de formulação, similar a um questionário”. (LEITÃO, 2021, p. 9)

⁶ Na entrevista semiestruturada, o entrevistador segue como um roteiro um pré-definido; no entanto, a conversa pode fluir de forma espontânea, permitindo uma abordagem mais flexível durante a entrevista. (LEITÃO, 2021, p. 9).

entrevista, ao contrário das outras, se deu por chamada de vídeo conferência. Esse procedimento metodológico se deu devido ao fato de a Coordenadora 1 ser a única das professoras a ter participado de todas as campanhas (assumindo as duas funções, coordenação e coordenação adjunta), tendo, por isso, uma visão mais geral da ação extensionista e particularizada ao mesmo tempo, considerado a alteração do público-alvo das campanhas. Isso possibilitou esclarecimentos em relação a alguns fatos ou ocorrências narradas pelas outras participantes da pesquisa, sobretudo na confirmação de dados e no preenchimento de algumas lacunas.

As perguntas que ampararam as entrevistas foram organizadas de acordo com as funções das participantes, considerando ainda o impacto da extensão na formação discente e cidadã, tanto na percepção das professoras quanto das alunas envolvidas. As entrevistas estruturadas foram realizadas por meio de um documento com perguntas encaminhado via e-mail para as Coordenadoras 2 (Apêndice A) e 3 (Apêndice B) e para as Discentes 1 e 2 (Apêndice D), que foi respondido de forma escrita e devolvido no prazo de 7 a 14 dias. Junto com o documento, foram encaminhadas informações sobre a pesquisa e seus objetivos, solicitando a participação nas entrevistas.

As perguntas direcionadas às Coordenadoras continham, em alguns casos, particularidades relativas à sua participação em determinada etapa da campanha, visto que a ação extensionista foi sendo modificada ao longo dos anos de realização. As perguntas encaminhadas às Discentes foram as mesmas, buscando identificar suas percepções em relação às campanhas e à atividade de extensão em sua formação.⁷

Para melhor exposição do trabalho, ele se organiza em duas partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, discute-se o conceito de pobreza menstrual, apresentam-se dados referentes ao problema, bem como as políticas públicas existentes a partir de 2021, considerando esta data como ponto de partida para a primeira Campanha, denominada Campanha de Dignidade Menstrual: Todas Merecem (PREA 5467, 2021).⁸ A segunda parte do trabalho se concentra na

⁷ As perguntas norteadoras da pesquisa estão em apêndices.

⁸ PREA refere-se à Protocolo de Registro de Extensão no Sistema de Controle de Ações de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (CAEX-UNIFAL-MG), sendo identificado por um número específico. O documento é de acesso restrito à Extensão e aos coordenadores de ações extensionistas e foi cedido pela coordenação das diversas Campanhas de Dignidade Menstrual para realização deste trabalho, assim como seus relatórios finais, todos aprovados pela Pró-reitora de Extensão (PROEX).

apresentação das campanhas, seus objetivos, justificativas e atendimento às diretrizes da extensão, apresentando também seus resultados concretos, por meio das informações presentes dos relatórios e das entrevistas de suas participantes (coordenadoras e equipe executora).

2. POBREZA MENSTRUAL: CONCEITOS, DADOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo pobreza menstrual é utilizado para nomear uma condição na qual indivíduos que menstruam não têm acesso adequado a produtos de higiene menstrual, como absorventes, tampões ou copos menstruais, devido a diversos fatores. No relatório elaborado pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), publicado em 2021, a definição encontrada é:

Pobreza menstrual é um conceito que reúne em duas palavras um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimensional, vivenciado por meninas e mulheres devido à falta de acesso a recursos, infraestrutura e conhecimento para que tenham plena capacidade de cuidar da sua menstruação (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 5).

De acordo com Assad (2021, p. 142), a pobreza menstrual refere-se à condição de vulnerabilidade econômica e social em que milhões de pessoas que menstruam são colocadas devido à falta de acesso apropriado a instalações sanitárias, banheiros e produtos de higiene pessoal, incluindo absorventes menstruais. Tal prática pode levar a consequências graves para a saúde e o bem-estar dessas pessoas, incluindo infecções, absenteísmo escolar ou no trabalho e estigma social.

A pobreza menstrual também está associada a uma série de fatores, como desigualdade de gênero, acesso limitado a serviços de saúde sexual e reprodutiva e falta de educação sobre menstruação. Essa questão revela também uma situação de vulnerabilidade social, como destacado por Boff et al. (2021, p.138), “pois deve ser analisada sob o viés de um conjunto de fatores que denunciam as mais diversas situações impostas a milhares de pessoas que menstruam.”. Não determinada somente pela falta de dinheiro para compra de absorventes, mas também pela utilização de objetos improvisados para conter o sangue, o que pode causar alergias, irritações na pele e mucosas e infecções urogenitais (MOREIRA, 2021, p. 9).

Para Sousa (2022, p. 11), esta situação está atrelada também à falta de informações sobre saúde menstrual, falta de saneamento básico correto e o

desfavorecimento econômico ocasionado pela forma de tributação sobre os produtos de higiene menstrual.

Conforme os dados do Relatório do Programa Conjunto de Monitoramento (JMP) da Organização Mundial da Saúde do UNICEF intitulado **Progressos sobre água, saneamento e higiene: 2000-2017: Foco especial nas desigualdades**, mais da metade do mundo não faz uso dos serviços de saneamento adequado. Estima-se que 2,2 bilhões de pessoas (o que corresponde a um terço da população mundial) não têm acesso à água potável, e 3 bilhões não possuem instalações básicas para realizar a higiene das mãos (UNICEF, 2019). Segundo Galvão (2023), ademais, fora a ausência de chuveiros nas residências das pessoas que possuem útero, aproximadamente 4 milhões enfrentam ao menos uma carência de higiene nas escolas.

De acordo com a pesquisa **Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos**, divulgada em maio de 2021 pela UNICEF e UNFPA, quase 200 mil alunas não dispõem de condições mínimas para cuidar da menstruação na escola:

[...] cerca de 321 mil alunas, 3,0% do total de meninas estudantes brasileiras, estudam em escolas que não possuem banheiro em condições de uso, dentre as quais, 121 mil meninas estão no Nordeste, ou seja, 37,8% do total de meninas que estudam em escolas sem banheiro. Quando analisamos isoladamente as escolas rurais são cerca de 6,4% das meninas estudando em escolas sem banheiro em condição de uso. Comparando a situação somente dentre as escolas localizadas no Norte, o percentual de meninas sem acesso a banheiro em suas escolas chega a quase 8,4% (UNICEF; UNFPA, 2021, p. 18).

O relatório observa que um dos itens fundamentais para garantir a dignidade menstrual é o papel higiênico, estimando que, no Brasil, “1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, não tenham a sua disposição papel higiênico nos banheiros das escolas em que estudam.” (UNICEF; UNFPA, 2021, p.18)

Para Shiraishi et al. (2022, p. 4), como mencionado anteriormente, a pobreza ou precariedade menstrual é a falta de acesso a produtos de higiene, e saneamento básico no período da menstruação. Este fato ocasiona o impedimento de vivência dos períodos menstruais de maneira digna.

No Brasil, sabe-se que, devido às condições de desigualdades sociais gritantes, a questão da pobreza menstrual, além de ser um problema de saúde pública, é agravada pelas leis atreladas ao sistema de tributação, que é conhecido como abusivo e oneroso (LINO, 2023, p. 7), fazendo com que este seja um problema

social que muitos jovens e mulheres adultas de baixa renda sofrem diariamente. A compra de absorventes é comparada à de bens supérfluos. No estudo feito por Bonfim *et al.* (2021), esta situação foi evidenciada através das pesquisas feitas pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF):

O alto custo dos absorventes no Brasil certamente é fruto da alta carga tributária sobre ele, que hoje conta com 27,5%, a alíquota do item é comparada à de bens supérfluos. Ainda, a questão da saúde da mulher está intimamente ligada ao tema na medida em que faltam absorventes e sobram formas anti-higiênicas de estancar o sangue, tais como roupas velhas, pedaços de jornal e até miolo de pão (BONFIM *et al.*, 2021).

A partir disso, evidencia-se que os absorventes têm uma das mais elevadas taxações do mundo (ASSAD, 2021, p. 155), pois, apesar de serem isentos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), esses produtos estão sujeitos a uma tributação média de 27,25%, variando conforme o estado da federação, sendo “tributados na mesma medida que esponjas de maquiagem, que estão longe de serem essenciais para a vida cotidiana” (MENGARDO, 2023).

Além disso, a isenção de IPI para os absorventes pode ser revogada a qualquer momento, pois é uma medida administrativa que não requer aprovação legislativa. Em contrapartida, os preservativos são acessíveis a todos no país inteiro (SIQUEIRA *et al.*, 2022, p. 2).

De acordo com os estudos feitos pela UNICEF e UNFPA (2021, p. 6), a preocupação gerada pelo contraste entre a precariedade menstrual e a falta de dados se torna ainda mais evidente quando analisado a fundo o preocupante cenário brasileiro majoritariamente formado pela pobreza:

[...] cerca de 13,6 milhões de habitantes (cerca de 6,5% da população) vivem em condições de extrema pobreza, ou seja, sobrevivendo com menos de U\$ 1,90 por dia (o equivalente a R\$ 151,00 por mês segundo cotação vigente em 2019) e cerca de 51,5 milhões de pessoas estão abaixo da linha de pobreza (1 a cada 4 brasileiros vivendo com menos de R\$ 436,00 ao mês) (UNICEF; UNFPA, 2021, p.6).

Outro problema oriundo desta questão está atrelado ao fator emocional. Siqueira *et al.* (2022, p. 2) afirmam que

Além de ser um problema socioeconômico, essa precariedade que cerca milhares de meninas e mulheres, traz uma pressão emocional muito alta pois, a vulnerabilidade econômica é um grande obstáculo para quem precisa decidir entre comprar o que comer ou absorventes.

Assim, conforme mencionado pelo Deputado Jair Montes (NORTÃO, 2021), em face da falta de acesso aos produtos convencionais destinados ao uso durante o

período menstrual, algumas alternativas adotadas incluem o uso de materiais como massas de pão, papel higiênico, jornais e panos, todos considerados inseguros, representando uma ameaça não apenas para a saúde das pessoas, mas também para sua dignidade.

A Constituição Federativa do Brasil (1988) estabelece como objetivo primordial "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais", além de afirmar que

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196) (BRASIL, 1988, documento eletrônico).

A partir desses princípios constitucionais evidencia-se que cabe à União, aos Estados e aos Municípios a responsabilidade pela implementação de políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário à saúde, reduzindo os danos causados pela doença.

Segundo Dias e Matos (2012, p. 3), as políticas públicas são consideradas como um meio para concretizar os direitos que estão estabelecidos nas leis de um país. Segundo os autores,

Uma política pública implica o estabelecimento de uma ou mais estratégias orientadas à solução de problemas públicos e/ou à obtenção de maiores níveis de bem-estar social. Resultam de processo de decisão surgido no seio do governo com participação da sociedade civil, onde são estabelecidos os meios, agentes e fins das ações a serem realizadas para que se atinjam os objetivos estabelecidos (DIAS; MATOS, 2012, p. 15).

Entre as políticas públicas implementadas no Brasil para combater a pobreza menstrual destaca-se a proposição da PL N°3085/2019. Seu propósito é tornar permanente o Decreto N°8.950/2016, que estabeleceu a isenção de Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos de higiene, incluindo absorventes e tampões higiênicos, impedindo qualquer modificação no valor desse imposto pelo poder executivo (MOREIRA, 2021, p.18).

Com relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a Constituição Federal estipula que quanto mais essencial for considerado o item (mercadoria ou serviço) pelo Estado, menor deve ser sua tributação (BARBOSA, 2022, p.10). Segundo Paulsen (2022, p. 177),

A seletividade se presta para a concretização do princípio da capacidade contributiva ao implicar tributação mais pesada de produtos ou serviços supérfluos e, portanto, acessíveis a pessoas com maior riqueza. Certo é, em regra, que os produtos essenciais são consumidos por toda a população e

que os produtos supérfluos são consumidos apenas por aqueles que, já tendo satisfeito suas necessidades essenciais, dispõem de recursos adicionais para tanto. A essencialidade do produto, portanto, realmente constitui critério para diferenciação das alíquotas que acaba implicando homenagem ao princípio da capacidade contributiva.

Por conseguinte, alguns Estados categorizaram o absorvente como bem essencial, através de uma Lei sancionada, e eliminaram ou reduziram a alíquota de ICMS.

No âmbito federal, em 2021, houve um aumento na discussão sobre a pobreza menstrual no Brasil, após o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro vetar o Projeto de Lei 4.968, de 2019, proposto pela deputada Marília Arraes (PT-PE), cujo objetivo era o de distribuir absorventes íntimos gratuitamente para mais de 5,6 milhões de mulheres em situação de vulnerabilidade social, por meio do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (SOUSA, 2022, p. 7). O ex-presidente vetou o PL sob a prerrogativa de que o projeto não tinha "fonte de recurso" e de que os absorventes não constavam na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais,⁹ sob tons de deboche em sua fala:

Não sabia, a mulher começou a menstruar no meu governo. No governo do PT não menstruava, no do PSDB não menstruava também. O cara apresenta um projeto, mas não apresenta fonte de recurso. Se eu sanciono, se não tiver de onde vem o recurso, é crime de responsabilidade. [...]. Se o PT voltar, as mulheres vão deixar de menstruar e está tudo resolvido (BOLSONARO apud BORGES, 2021, online).

Posteriormente, essa justificativa foi rebatida pela Deputada Tábata Amaral, que saiu em defesa do projeto apresentado pela Marília Arraes, explicando que

[...] tanto no projeto apresentado por ela, quanto no relatório final, há a menção a diversas fontes, entre elas ao Fundo Penitenciário, no caso de mulheres presas. Há, ainda, segundo a deputada, referências ao SUS (Sistema Único de Saúde), além de autorização para que as Secretarias de Educação usem recursos para a compra de absorventes (UOL, 2021, online).

A partir disso, no ano seguinte, o Congresso derrubou o veto do ex-presidente e restaurou a iniciativa, promulgando a lei em 8 de março de 2023 (MINGOTE, 2024) resultando no decreto que marcou o início efetivo da implementação do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, com a inclusão dos absorventes disponíveis através do SUS.

⁹ "Os absorventes higiênicos não se enquadram nos insumos padronizados pelo SUS, portanto não se encontram na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, além disso, a medida não se adequaria ao princípio da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso à saúde do SUS" (MOTORYN, 2022, online).

Agora, em 2024, o Programa recebe um impulso adicional com a distribuição do item de higiene nas farmácias populares, atendendo as seguintes condições:

Mulheres brasileiras ou estrangeiras residentes no Brasil, com idades entre 10 e 49 anos e inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), podem obter os itens gratuitamente. O limite de renda familiar mensal é de até R\$ 218 por pessoa. Estudantes de escolas públicas também devem estar cadastradas no CadÚnico, com um limite de renda familiar mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Para pessoas em situação de rua, não há restrição de renda (MINGOTE, 2024, online).

De acordo com a cartilha **Programa Dignidade Menstrual - um ciclo de respeito** (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024, p. 9), nas orientações gerais sobre o funcionamento do programa, fica indicado que “Cada pessoa terá direito a 40 (quarenta) unidades de absorventes higiênicos para utilizar durante dois ciclos menstruais, ou seja, a cada período de 56 (cinquenta e seis) dias”.

Segundo a cartilha (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024, p. 9), caso não seja possível encontrar um pacote de 40 unidades na farmácia, a instituição tem permissão para fornecer pacotes com menos de 40 unidades para complementar a quantidade autorizada para cada dois ciclos menstruais, desde que o limite de 40 unidades não seja ultrapassado.

No estado de Minas Gerais, visando à efetividade do objetivo dos programas supracitados, contam-se com 5.381 farmácias credenciadas, espalhadas ao longo de 791 municípios (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024, online) com uma abordagem de 92% do território mineiro.

Acima foi citada uma lei, talvez a mais importante a nível nacional, que foi criada objetivando assegurar a pessoas que menstruam o direito à dignidade menstrual, sendo essas iniciativas de suma importância na abordagem de forma abrangente, uma vez que envolvem políticas públicas de conscientização e distribuição de recursos.

No entanto, ainda há lacunas nessa política, pois ela pode excluir algumas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e necessitam de assistência. Por exemplo, pessoas que não se enquadram nos critérios de idade ou que não têm acesso ao CadÚnico, podendo ser deixadas de fora do programa. A coordenadora da Rede de Redução de Danos e profissionais do sexo do Distrito Federal, da ONG Tulipas do Cerrado, Juma Santos, reforça este ponto ao abordar a situação das pessoas menstruantes em situação de rua:

Porque uma mulher em situação de rua, que é analfabeta, que não tem acesso a nenhum tipo de tecnologia, ela não vai conseguir pegar aquele

papelzinho que dizem que a pessoa tem que ter, dizendo que é miserável para pegar o absorvente. E essa mulher não consegue ter acesso a nada disso. Ela não vai conseguir entrar dentro de uma farmácia para poder pegar um absorvente, porque essa mulher vai ser agredida, vai acontecer várias coisas na porta dessa farmácia. Muita [sic] das vezes a gente usa a nossa menstruação até para dizer que está passando por um aborto para que o nosso companheiro, o nosso agressor, pare de nos espantar naquele período. Eu acho que ninguém foi lá conversar com uma mulher moradora de rua pra falar sobre a menstruação dela (SANTOS apud VITOR, 2024, online).

Deve-se abordar também o fato de que muitas pessoas podem não estar cientes do Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual ou de como acessar os benefícios disponíveis. Isso pode ser devido à falta de acesso a informações sobre saúde menstrual e direitos reprodutivos. Há também questões ligadas à manutenção do programa, que, embora lançado, pode ter desafios na garantia de financiamento contínuo e apoio governamental, especialmente em um cenário político em constante mudança.

E este ponto se expande se considerarmos a complexidade da pobreza menstrual, que também abrange questões de saneamento básico, acesso à água, infraestrutura adequada e tributação de absorventes. Identificar e abordar essas lacunas, é essencial para garantir que o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual seja eficaz em atender às necessidades das pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade, e que seja possível levar a dignidade no período menstrual àqueles que não a possuem.

3. CAMPANHAS DE DIGNIDADE MENSTRUAL EM VARGINHA: AÇÕES EXTENSIONISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

A extensão universitária tem o propósito de aplicar os conhecimentos acadêmicos em benefício da comunidade externa e da redução das mazelas sociais, dentro do período acadêmico. Para isso, conta com orientações dadas pela Política Nacional de Extensão, regida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), que busca levar esse conhecimento para além dos muros da universidade, atendendo às demandas e necessidades da sociedade.

A extensão universitária, conforme definida pela FORPROEX, é uma das três funções essenciais da universidade, juntamente com o ensino e a pesquisa (MEC,

2012, p.16), e envolve interações entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimentos e saberes de maneira colaborativa e dialógica.

A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública (MEC, 2012, p.17).

A manifestação desta interação se dá em atividades práticas, resultantes do diálogo entre comunidade e universidade, que visam resolver problemas reais da comunidade, incluindo programas, projetos, cursos e eventos que contam com a participação de estudantes, professores e membros da comunidade externa (MEC, 2012, p. 43).

Trata-se, como se vê, de uma relação estabelecida entre conhecimento teórico e análise prática, tendo como ponto de partida as demandas da comunidade e o diálogo. Tal perspectiva se associa ao que Paulo Freire entende como processo comunicativo na extensão, ao afirmar que

O conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações (FREIRE, 1969, p. 26).

Sandra de Deus, extensionista “de raiz” e referência no assunto, complementa a afirmativa de Freire ao enfatizar a importância das ações de extensão, ressaltando o efeito do diálogo e da interação entre a comunidade universitária e os grupos sociais para a produção de conhecimento transformador. Assim como Freire argumenta que o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, Sandra destaca que a extensão universitária é um dispositivo institucional que possibilita essas relações e ações transformadoras.

A comunidade universitária interessada na produção de conhecimentos que sejam resultados do diálogo encontra, no conceito e na prática de Extensão, o dispositivo institucional que dá suporte para ações transformadoras. Do mesmo modo, grupos organizados da sociedade também buscam parcerias com as universidades, na expectativa da resolução de seus problemas. É razoável pensar que as demandas dos grupos sociais — oriundos das escolas públicas, autodeclarados negros e indígenas — por acesso ao ensino superior, plasmadas a partir da virada do século XXI, são resultados, também, daquele processo que iniciou com a defesa da democracia e dos compromettimentos assumidos por parcelas dos integrantes da comunidade universitária em meados dos anos 80 (DEUS, 2020, p. 60).

Visando à orientação na implementação das ações extensionistas, foram estabelecidas diretrizes através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 (1996), assegurando a extensão universitária como uma das finalidades da Universidade (MEC, 2012, p.16). Em 2018, foi feita a publicação da Resolução nº. 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece a curricularização da extensão, tornando-a obrigatória e exigindo que 10% dos currículos dos cursos de graduação sejam dedicados a essa área (DEUS, 2020, p. 9). As atividades curricularizadas da extensão devem estar associadas, no entanto, apenas a projetos e programas de extensão,¹⁰ sendo reconhecidos para a contagem de carga horária eventos, prestações de serviços e cursos que estejam vinculados a um programa ou projeto de extensão.

Toda ação de extensão deve atender a cinco diretrizes comuns, determinadas na FORPROEX (2012, p. 29-37): (1) interdisciplinaridade ou interprofissionalidade; (2) interação dialógica; (3) indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão; (4) impacto e transformação social; (5) impacto na formação do estudante. A primeira diretriz aponta a necessidade de que as ações de extensão integrem diferentes áreas do conhecimento e se dê a partir da colaboração entre disciplinas distintas, objetivando a construção de soluções mais completas e inovadoras para os problemas sociais. A segunda diretriz pauta-se na comunicação bidirecional entre a universidade e a comunidade, implicando na articulação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular para uma contribuição mútua no desenvolvimento social e cultural. A terceira diretriz, ampara-se no que fundamenta a universidade, estabelecendo a relação associativa obrigatória entre ensino, pesquisa e extensão, formando um ciclo contínuo de produção de conhecimento e formação acadêmica que responde às demandas sociais. As duas últimas diretrizes (4 e 5) apontam para as transformações sociais derivadas da extensão, ressaltando seus impactos na/para comunidade e no/para o discente em sua formação profissional e cidadã, amparadas por conceitos como cidadania, justiça social, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

¹⁰ Programa de Extensão é definido como um “Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”, e Projeto de Extensão enquanto o Projeto de Extensão como uma “Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado”. (PROEX, 2007, p. 35-36).

Estas diretrizes visam assegurar que a extensão universitária cumpra seu papel social e de formação acadêmica, promovendo uma educação transformadora e contribuindo para o desenvolvimento das comunidades e da sociedade como um todo.

É possível entender, portanto, que a Campanha Dignidade Menstrual, objeto deste trabalho, nasce, assim, de dois pontos principais: (1) a reflexão sobre o tema da pobreza menstrual e sua visibilidade, conforme apontado no item anterior, identificada como um problema de saúde pública, de orçamento familiar e de desigualdade de gênero; (2) a necessidade de estabelecer um diálogo com a comunidade nos moldes extensionistas, tendo como foco questões que circundam o tema da pobreza menstrual. Não se trata, é importante observar, de um projeto ou de um programa de extensão, mas de uma atividade da categoria “evento”, conforme orientações do FORPROEX, que foi incorporada, no ano de 2024, ao Projeto de Extensão “Escrevivências femininas: traçando linhas em educação, direitos humanos e políticas públicas em Varginha/MG”, coordenado e desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa GENI. Ou seja, de 2021 a 2023, as campanhas foram cadastradas no Controle de Ações de Extensão da UNIFAL-MG (CAEX) como eventos extensionistas com o fim de estimular a participação voluntária de alunos e alunas no diálogo com a comunidade, sem que houvesse, ainda, o desejo que atender à curricularização da extensão com base Resolução CNE/CES nº. 7/2018.

A Campanha Dignidade Menstrual, na Universidade Federal de Alfenas, no Campus de Varginha (Minas Gerais), foi formalizada no dia 10 de dezembro de 2021, com o título de “Todas Merecem” (PREAE 5467, 2021, p. 1). A campanha tinha como objetivo arrecadar absorventes íntimos de papel para distribuição externa a, pelo menos, 100 pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade socioeconômica na cidade de Varginha, pertencentes a 50 famílias do bairro Carvalhos, atendidas pelo NUCAP (Núcleo de Capacitação para a Paz), além de pessoas menstruantes em situação de rua, prevendo o prazo de utilização de seis meses.

Nesta primeira fase,¹¹ de acordo com o PREAE 5467 (2021, p. 2), o planejamento se deu a partir da realização de contatos e reuniões com entidades da cidade visando estabelecer parcerias e apoio para disponibilização do local para

¹¹ Chama-se de fase os diversos momento da campanha, considerando as especificidades de seus públicos: (1) pessoas em situação de vulnerabilidade social; (2) pessoas que frequentam o ICESA; (3) pessoas que utilizam os serviços da ONG Oficina do Ser e outras instituições parceiras da campanha.

arrecadação.¹² Em seguida, a campanha foi dividida em etapas, como a confirmação de parcerias, confecção de material de divulgação (artes)¹³ e publicação nas redes sociais e mídias locais, período de arrecadação, término da arrecadação e recolhimento dos absorventes.

Após o término da arrecadação, os absorventes foram entregues na sede do NUCAP, que ficou responsável pela distribuição aos beneficiários. O resultado foi a coleta de absorventes para, pelo menos, 53 mulheres atendidas pelo NUCAP, além de repasse de absorventes para distribuição para pessoas em situação de rua, realizada pela ONG Irmãos de rua, em Varginha.

O segundo momento da Campanha de Dignidade Menstrual foi realizado em dois períodos, sendo o primeiro de 01 de agosto de 2022 a 10 de dezembro de 2022 e, o segundo, de 03 de abril de 2023 a 21 de julho de 2023, intitulado “Campanha Dignidade Menstrual UNIFAL-MG ICOSA” (PREA 5927 e 6451, respectivamente), com a finalidade de coleta e distribuição, de forma voluntária, de absorventes nos banheiros femininos e masculinos do ICOSA (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UNIFAL-MG). Conforme aponta seu documento original, referente ao segundo período de 2022,

A Campanha se origina da insatisfação de alunas do ICOSA, particularmente das que são participantes do GENI, quanto às poucas ações coletivas em prol da saúde da mulher no instituto. Em conversa com um grupo de alunas, pensou-se na ação não só para garantir a saúde e higiene de meninas que não podem pagar por absorventes, mas também com consciência sobre as demandas femininas e como elas podem impulsionar práticas cotidianas de solidariedade entre grupos. A iniciativa parte, assim, de demandas das próprias estudantes (PREA 5927, 2022, p. 3).

Quanto ao desenvolvimento da ação, de acordo com o PREA 5927, 2022 (p. 4-5), foram selecionados seis alunos voluntários para confecção das caixas coletoras de absorventes, as quais foram distribuídas em três banheiros masculinos e seis banheiros femininos. Segundo a Coordenadora 1,

[...] foram os alunos os responsáveis por identificar os banheiros que ganhariam as caixas, considerando o fluxo de uso deles, e pela concepção/confecção da caixa. Depois de arrecadadas muitas caixas de sapatos desiguais, uma aluna fez, ela própria, a doação de caixas novas, para padronizar as caixas (COORDENADORA 1, 2024, informação verbal).

¹² Os parceiros nesta campanha foram: UNIFAL-MG (Campus Varginha), Blog do Madeira, Farmácia Vitacorpus, Tabacaria High Dreams, Café Serafim, Morana, Morena Rosa, Perfumaria Ville de France e o NUCAP, que fizeram dos seus estabelecimentos, pontos de arrecadação.

¹³ Alguns materiais confeccionados para a campanha podem ser acessados na página do *facebook* criada especialmente para o evento: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100076064562038>. Na página, há também fotos do material arrecadado.

Posteriormente, ocorreu a coleta por meio de doações feitas em caixas coletoras localizadas na Cantina e no CACE (Coordenação de Assuntos Comunitários e Estudantis) e nas próprias caixinhas instaladas nos banheiros femininos e masculinos, que era distribuídos e redistribuídos pelos alunos executores da campanha, com a orientação acordada por todos de que sempre houvesse quatro unidades nas caixas dos banheiros femininos e duas, nas dos banheiros masculinos. A equipe executora da ação disponibilizou caixas doadoras/coletoras nos banheiros feminino e masculino também do Restaurante Universitário (RU), a fim de que a campanha alcançasse também a comunidade externa, uma vez que o restaurante é frequentado por moradores e trabalhadores da região do Padre Vítor, onde se encontra o ICSA.

Durante esse período (PREA, 5927, 2022), os alunos voluntários da campanha realizaram o controle de arrecadação e distribuição dos absorventes, fornecendo uma estimativa do número de absorventes arrecadados na caixa do CACE e retirados pelos alunos.

O objetivo da campanha foi alcançado, considerando o número de absorventes repostos nas caixas coletoras/doadoras (cerca de 200 unidades), atendendo a cerca de 100 pessoas, ao considerar a retirada de duas unidades/pessoa, e as doações feitas diretamente no CACE, 532 unidades (PREA 5927, 2022, p. 8).

Pelo volume de doações de absorventes (foram doados diretamente na caixa coletora do CACE 532 unidades), e de retiradas calculadas pelos alunos (cerca de 200 absorventes foram retirados pelos alunos até o dia 10 de dezembro), percebe-se que a campanha alcançou seu objetivo, que era de disponibilizar o material a estudantes e funcionários necessitados, além de conscientizar todos para o problema da pobreza menstrual e como isso afeta as famílias mais vulneráveis (PREA 5927, 2022, p. 5).

A Coordenadora 1 aponta que havia um receio, observado pelos próprios alunos, de que houvesse depredação das caixas colocadas nos banheiros masculinos, “mas o que aconteceu foi algo bem diverso disso: era normal chegarmos nos banheiros masculinos e encontrarmos mais absorventes do que os deixados, evidenciando que havia não só o entendimento/conscientização dos homens em relação à campanha, mas também doações deles”. (COORDENADORA 1, 2024, informação verbal). A Coordenadora 1 destaca que houve, também, uma participação grande das professoras associadas ao GENI na explicação da campanha em suas aulas e em conversas com alunos e funcionários do ICSA, conscientizando e os envolvendo na ideia e na campanha:

Acho que isso ajudou muito no bom resultado da campanha. Lembro de ter respondido ao menos duas vezes a questionamentos de funcionárias da limpeza sobre o porquê de caixas nos banheiros masculinos. E foi muito bonito ver que elas levavam as questões colocadas por mim para outros funcionários e até mesmos alunos calouros, evidenciando um processo muito importante de construção crítica (COORDENADORA 1, 2024, informação verbal).

No ano de 2023, ocorreram duas Campanhas de Dignidade Menstrual, a Campanha Dignidade Menstrual UNIFAL-MG/ICSA, que deu início no dia 03 de abril a 21 de julho de 2023, conforme já citado, e a Campanha Dignidade Menstrual na Oficina do Ser (Varginha-MG), que se iniciou no dia 15 de maio até 04 de dezembro de 2023.

A primeira campanha de 2023 (PREAE 6451) deu continuidade às atividades realizadas em 2022. Em seu ano de início (2023), a Campanha Dignidade Menstrual foi inserida na disciplina de Teoria das Organizações do curso de Bacharelado em Administração Pública, disciplina ministrada pela professora Aline Lourenço de Oliveira que nesta campanha atuou como coordenadora. A disciplina contou com 4 discentes que também atuavam dentro da campanha e que se dividiam as tarefas necessárias. Foi criado o Instagram da Campanha @campanhadignidademenstrual, perfil de rede social vinculado ao Grupo de Pesquisa GENI, que tem como objetivo levar post informativos sobre a dignidade menstrual nas redes sociais. A primeira postagem do Instagram da campanha apresentou o propósito da criação da campanha dentro da UNIFAL, visando conscientização.

O Instagram foi selecionado como canal de comunicação devido a sua popularidade e maior possibilidade de divulgação e diálogo entre/com a comunidade.

Criamos uma página no instagram para divulgação da campanha, cartaz de divulgação nos banheiros, com QR code para manifestação de avaliação, reunião com a equipe de serviços gerais para apresentação, conscientização e mobilização para apoio com a campanha (COORDENADORA 3, 2024, informação verbal).

Neste momento, a Campanha foi apresentada, de maneira formal, aos servidores terceirizados das equipes de manutenção e limpeza do ICSA, para conhecimento informativo da dignidade menstrual e ajuda no sistema de coletas e abastecimentos das caixinhas que ficavam nos banheiros da UNIFAL-MG. As caixinhas utilizadas em 2022 foram recolhidas pela equipe executora e reformadas, depois distribuídas em três banheiros masculinos e seis banheiros femininos, mantendo a organização feita pelos alunos envolvidos na campanha anterior.

Esta campanha recebeu mais de 200 absorventes doados e foram distribuídas 163 unidades até o dia 13 de julho de 2023, conforme o relatório abaixo:

Acreditamos o objetivo foi alcançado pois, além de deixar absorventes acessíveis às mulheres, de modo a garantir higiene, e dignidade para passar por um evento natural do corpo feminino levamos esse assunto aos homens à medida que tiveram acesso ao tema e a absorventes nos banheiros masculinos. Os homens que participaram da campanha tanto como doadores de absorventes como fazendo retiradas de unidades deixadas nos banheiros (RELATÓRIO DA PREA 6451, 2023, p. 4).

A Campanha obteve os quesitos de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que se manifestou de forma clara na equipe executora, quando as estudantes participantes não apenas absorveram o tema, mas também se comprometeram com o desenvolvimento da Campanha Dignidade Menstrual, como parte de sua disciplina de graduação, resultando em ações educativas, de extensão e um aprofundamento teórico sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Essa articulação já estava posta desde a primeira campanha por ser idealizada/realizada por um Grupo de Pesquisa que tem como tema principal estudos de gênero, relacionados às seguintes linhas, entre outras: (1) Violências contra mulheres e população LGBTQIAP+; (2) Direitos Humanos, Educação e Artes; (3) Estado, Mulheres e Políticas Públicas; (4) Gestão da pobreza e endividamento das famílias; entre outras. (CNPq, online).¹⁴

A terceira fase da campanha foi a nomeada “Campanha Dignidade Menstrual na Oficina do Ser (Varginha/ MG)”¹⁵, realizada de 15 de maio a 04 de dezembro de 2023 com o intuito de coletar e distribuir, de forma voluntária, absorventes para abastecimento dos banheiros da ONG “Oficina do ser”, sendo uma demanda da própria instituição, conforme registro abaixo:

A Campanha se originou de uma demanda da própria comunidade por meio da instituição Oficina do ser localizada no mesmo bairro que o ICOSA/UNIFAL-MG. Em conversa com um grupo de alunas, a demanda foi apontada e, mais tarde, confirmada por meio de reunião formal com a dirigente da instituição. Em conjunto com um grupo de alunos, particularmente aqueles que estão empenhados na reconstrução do Diretório Acadêmico Florestam Fernandes (DAFF), pensou-se na ação não só para garantir a saúde e higiene de pessoas que menstruam que não podem pagar por absorventes, mas também com consciência sobre as demandas, sobretudo femininas, e como elas podem impulsionar práticas cotidianas de solidariedade entre grupos (PREA 6501, 2023, p. 3).

¹⁴ Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5417856169633815>. Acesso em 21 mai. 2024.

¹⁵ A identificação da Oficina do Ser como parceira para a campanha surgiu a partir das necessidades expressas pelos alunos, especialmente a falta de acesso a absorventes para as mulheres que frequentavam o espaço. Tendo acesso a essa informação, tomei a iniciativa de entrar em contato com a Coordenadora 1 para discutir a possibilidade de uma parceria com a Oficina do Ser para uma campanha.

A Campanha de Dignidade Menstrual na Oficina do Ser, da qual eu participei como aluna voluntária, é uma consequência direta do processo de envolvimento/da conscientização dos alunos do ICOSA em relação ao problema da pobreza menstrual, pois consiste em uma outra campanha que ocorre em parceria com uma organização não governamental local, identificada pelos próprios alunos (PREA, 6451, p. 4).

Nesse segundo momento da campanha, participei como equipe executora e decidimos continuar o abastecimento das caixinhas também dos banheiros do ICOSA, ainda que a continuidade da campanha não tenha sido registrada oficialmente na extensão. Nesse período, recolhi, para aferição dos resultados parciais da campanha, alguns depoimentos de docentes ICOSA sobre a ação extensionista.

Minha participação se deu também no controle e abastecimento das caixinhas localizadas nos banheiros masculinos e femininos e nas postagens e na movimentação do Instagram da campanha, para a conscientização da pobreza menstrual, com posts que destacavam expedientes utilizados pelas pessoas que menstruam no lugar de absorventes, sobre o custo da menstruação em termos monetários e a divulgação das novas caixinhas coletoras, que deixavam de ser de papelão para serem potes coloridos de sorvetes reutilizados, visando melhorar a durabilidade e a higiene, como apresentado na figura 1. A Coordenadora 1 afirma que:

[...] este era um problema a cada nova campanha, pois era necessário trocar todas as caixas devido ao excesso de umidade dos banheiros. A solução mais viável foi utilizar potes de sorvetes doados por participantes diretos e indiretos da campanha (COORDENADORA 1, 2024, informação verbal).

Em depoimento dado pela Docente 1, é ressaltada inclusive essa troca de embalagens, “Também gostei das caixinhas que substituíram as de papelão. Acredito que sejam até mais higiênicas.” (DOCENTE 1, 2023, informação verbal), evidenciando o benefício da troca em termos de durabilidade, praticidade e de higiene. Esse aspecto é também ressaltado pela Docente 4, que aponta para conscientização ambiental envolvida na ação extensionista:

Utilizar os materiais recicláveis no projeto também é importante tendo em vista que conscientiza as pessoas sobre o excesso de materiais que extraímos da natureza e depois do primeiro uso dispensamos, o que aumenta a poluição do planeta. (DOCENTE 4, 2023, informação verbal)

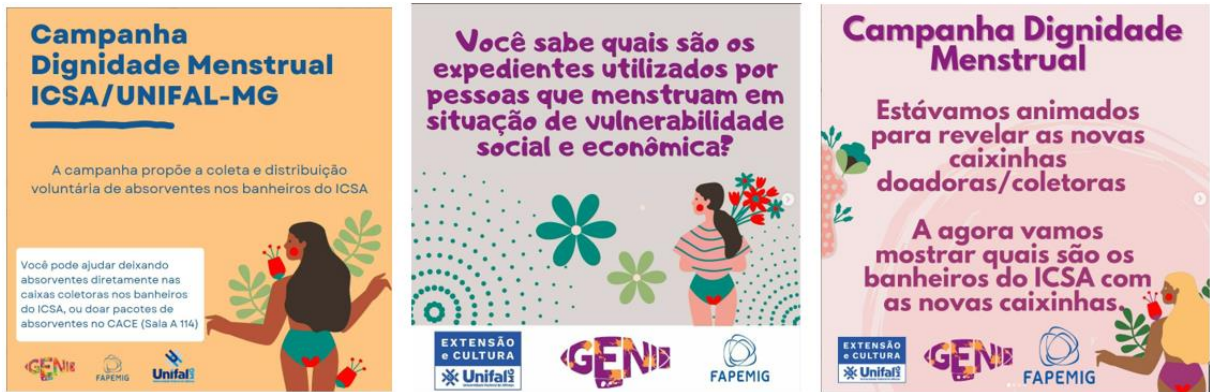
Figura 1 - Postagens no Instagram da Campanha Dignidade Menstrual



Em consonância com as informações disponibilizadas no PREA 6501 (2023, p. 1-10), para a realização desta campanha foram estabelecidas parcerias com a comunidade externa para a colocação de caixas coletoras de absorventes em locais estratégicos na cidade de Varginha (Minas Gerais), como na UNIFAL-MG, na Oficina do Ser e no Colégio Marista. A Farmácia de Manipulação VitaCorpus, procurada para ser ponto de arrecadação, sugeriu, para a coordenação da campanha (COORDENADORA 1, 2024, informação verbal), outra estratégia, propondo o repasse de um pacote de absorventes (com 8 unidades) a cada R\$ 100,00 (cem reais) em compras no estabelecimento, envolvendo, assim, seus clientes na campanha. Ficou definido que a cada compra no valor estipulado, o cliente receberia, via WhatsApp, uma mensagem dizendo que ele havia realizado, com sua compra, a doção de um ou mais pacotes de absorventes para a campanha.

As doações eram contabilizadas mensalmente, sendo feito o armazenamento na sala do Grupo de Pesquisa GENI, dentro da UNIFAL, campus de Varginha. Durante a campanha essa nova fase, foram criadas outras peças de divulgação, semelhante às realizadas nas campanhas de 2022 a 2023 para conscientizar sobre a importância da doação de absorventes e abordar a questão da pobreza menstrual, apresentado na figura 2 abaixo.

Figura 2 - Postagens no Instagram da Campanha Dignidade Menstrual



Fonte: Página @campanhadignidademenstrual, Instagram (2023)

Nessa campanha, foi montado, ainda, um Painel sobre a Campanha de Dignidade Menstrual, exposto no Evento “21 dias de enfrentamento pelo fim da violência contra a mulher”, realizado em novembro de 2023 pelo Grupo de Pesquisa GENI (Figura 2). Houve, portanto, articulação entre a campanha e outro evento promovido pelo GENI, associando à pobreza menstrual a elementos que reforçam a desigualdade de gênero e a necessidade de políticas públicas eficazes.

Figura 3 - Painel sobre a Campanha de Dignidade Menstrual



Fonte: Página @campanhadignidademenstrual, Instagram (2023)

Para a construção deste material, foram feitas coletas de informações acerca da dignidade menstrual, de entrevistas e depoimentos e resenhas de produções audiovisuais que abordavam o assunto, objetivando a conscientização dos discentes,

docentes, funcionários e comunidade frequentadora do ICSA. O painel deixava evidenciar também que a falta de acesso a recursos de higiene menstrual é uma forma de violência, atingindo o campo físico e psicológico da pessoa que menstrua, pois não lhe permite ter dignidade em um processo natural e intrínseco. Considerando isso, e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), podemos associar essa falta de acesso a recursos de higiene menstrual a um tipo de violência de gênero, mais especificamente à violência psicológica, justamente por atingir à autoestima da pessoa, colocando-a em situação de humilhação e constrangimento (BRASIL, 2006, online).

Como resultado, a “Campanha Dignidade Menstrual na Oficina do Ser (Varginha/ MG)”, arrecadou mais de 5.000 unidades de absorventes, revelando a importância desse diálogo com as entidades externas e como ele foi efetivo em termos de ação (PREA 6501, 2023, p. 7). Considerando a quantidade significativa de absorventes doados e a necessidade desse item de higiene entre famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, houve, a partir de 2024, a continuidade da campanha, expandindo sua abrangência para outras instituições de forma organizada, como a DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher) e o CRAS II (Centro de Referência de Assistência Social), aspecto já apontado no Relatório da PREAE 6501 (2023, p. 7).¹⁶

Após a conclusão das três fases da Campanha da Dignidade Menstrual, tornou-se evidente a importância dessa iniciativa na divulgação e enfrentamento dessa problemática que afeta parte significativa da população brasileira. Além de fornecer suporte social, a campanha incluiu a capacitação de estudantes, professores e outros membros da comunidade para uma melhor compreensão dos desafios enfrentados pelas pessoas menstruadas e do impacto desses desafios em suas vidas. Essa abordagem abrangente contribuiu para aumentar a conscientização e promover mudanças significativas em direção a uma maior dignidade menstrual em nossa comunidade.

Visando uma melhor avaliação das dificuldades e dos pontos positivos da campanha, foram realizadas entrevistas, conforme descrito na introdução deste trabalho, com cinco pessoas que participaram da ação extensionista, sendo duas

¹⁶ No momento da escrita deste trabalho, já foram instaladas caixas coletoras/doadores no CRAS II e no CIAM (Centro Integrado de Atendimento à Mulher), onde está localizada, atualmente, a DEAM. O Grupo de Pesquisa GENI, responsável pela Campanha, doou, do material arrecado na campanha de 2023, uma caixa de absorventes, com 480 unidades, para cada uma das instituições citadas, conforme apontado pela Coordenadora 1 (2024, informação verbal), registrado nas redes sociais do GENI.

alunas que atuaram como equipe executora e três coordenadoras. A Coordenadora 1 participou de todas as fases da campanha; a Coordenadora 2 participou da primeira e da segunda campanhas (PREA 5467, de 2021, e 5927, de 2022) e a Coordenadora 3 participou das duas campanhas de 2023 (PREA, 6451 e 6501, respectivamente). Já as Discentes 1 e 2 participaram das campanhas de 2023 (PREA 6451 e 6501).

Durante as entrevistas com as Coordenadoras e as Discentes, foi questionado sobre a importância de atividades extensionistas na universidade. Como mencionado anteriormente, a extensão é de suma importância no desenvolvimento acadêmico, visto que possibilita ao discente a experiência empírica daquilo que se estuda e sua articulação com a realidade da sociedade, permitindo maior aprofundamento da temática e desenvolvimento de medidas de minimização do problema. Este exemplo é possível de ser visto na fala da Discente 1 do curso de Administração Pública na UNIFAL-MG, em relação ao seu conhecimento do problema da pobreza menstrual e do impacto na sua formação:

Após a campanha, meu conhecimento sobre a questão da pobreza menstrual foi significativamente ampliado. Pude entender com maior precisão as várias problemáticas envolvendo essa questão, como a falta de acesso a produtos menstruais adequados, os desafios enfrentados por pessoas menstruantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e os impactos físicos, emocionais e sociais que a pobreza menstrual pode ter em suas vidas. Além disso, também fiquei mais consciente das iniciativas e políticas que podem ajudar a enfrentar esse problema e proporcionar suporte às pessoas afetadas (DISCENTE 1, 2024, informação verbal).

Perguntada sobre o impacto dessa ação extensionista em sua formação discente e cidadã, a Discente 1 aponta que:

Primeiramente, essa experiência me proporcionou uma oportunidade valiosa de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula em um contexto prático e significativo. Além disso, ao me envolver ativamente em uma causa social importante como esta, desenvolvi uma consciência mais profunda das questões sociais que afetam as pessoas menstruantes. Participar dessa ação extensionista também me proporcionou oportunidades para desenvolver habilidades interpessoais (DISCENTE 1, 2024, informação verbal).

No caso da Discente 1, é possível pensar que sua percepção sobre o tema da pobreza menstrual é modificada à medida que ela entra em contato não só com o assunto (“meu conhecimento sobre a questão da pobreza menstrual foi significativamente ampliado”), mas com a prática extensionista e com seu envolvimento mais direto “em uma causa social”, materializando sua responsabilidade social e cidadã, como preconiza as diretrizes da extensão em relação ao impacto na formação do estudante (FORPROEX, 2012, p. 28). A Discente 1 ressalta ainda o

impacto da extensão em suas “habilidades interpessoais”, evidenciando sua articulação não só com a equipe executora, mas também com a comunidade parceira da ação. Em concordância com a fala da Discente 1, a fala da Coordenadora 2 observa a importância das atividades de extensão na relação dialógica entre universidade e comunidade e na formação do estudante:

A atividade de extensão tem a função de aproximar a universidade da sociedade mais ampla. O propósito é fazer com os/as estudantes e demais sujeitos que integram a comunidade acadêmica conheçam de perto a vida, os problemas, as demandas da sociedade para poderem atuar de forma relevante na vida das pessoas e, ao mesmo tempo, se formarem como sujeitos transformadores da realidade social (COORDERNADORA 2, 2024, informação verbal).

A fala de ambas as entrevistadas aciona, de modo bastante evidente, as diretrizes da extensão, principalmente o impacto e a transformação social e o impacto na formação do estudante, promovendo uma ampliação do conhecimento acadêmico e do saber popular. A Coordenadora 3 também é questionada sobre a importância da extensão na vivência acadêmica, destacando que “[...] a extensão permite ao estudante entrar em contato com um problema social” (COORDERNADORA 3, 2024, informação verbal).

Foi questionado às Coordenadoras e às Discentes que participaram ativamente das campanhas acerca da capacidade das novas políticas de distribuição de absorventes, implementadas em 2024, conforme Lei 4.968, abordada neste trabalho, de romper com a pobreza menstrual. A Discente 2 disse acreditar que:

[...] houve um avanço das discussões e pautas de maneira institucional, uma vitória perante as negações do último (des)governo. Mais principalmente, acredito que demonstra a entrada deste problema público na agenda do governo e da mídia. Isto por um lado apresenta uma maior visibilidade da existência da pobreza menstrual e também um avanço do rompimento do tabu em torno da menstruação. Porém, por outro lado, acredito que a constituição atual das novas políticas ainda não terão o poder de romper esta problemática, primeiro que a linha das pessoas que terão acesso a esta política pública são constituídas de forma inflexível e atinge uma pequena parcela da população, por exemplo o enquadramento do CadÚnico, se você tiver uma renda um pouquinho maior que o recorte você já não teria direito a esta política. Além disso, as concepções que a políticas de distribuição de absorvente conseguiria sozinho romper a pobreza menstrual é reducionista e simplificada, o problema público da pobreza menstrual atravessa a necessidade de políticas públicas intersetoriais, e diz respeito a necessidade de água encanada e saneamento básicos para a existência da possibilidade da higiene íntima, além da necessidade da atuação de outras áreas, tais como a saúde e educação (DISCENTE 2, 2024, informação verbal).

A fala da Discente 2 aponta para a importância da visibilidade da questão, acreditando que isso possa ajudar no enfrentamento do tema, mas o que se destaca é sua preocupação com a parcela atendida pela política de distribuição gratuita de

absorventes, visto haver um recorte claro, associado aos inscritos no CadÚnico, pois o limite de renda para o CadÚnico é de R\$ 218 por pessoa (MINGOTE, 2024), que excluiria todos aqueles que tem renda maior do que isso, mas que estão em situação de vulnerabilidade econômica.

A fala da Discente 2 se aproxima muito do que diz a Coordenadora 2, ao ressaltar o problema estrutural das desigualdades sociais e de gênero associado ao escasso acesso a absorventes por pessoas que menstruam em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para a Coordenadora 2, trata-se de “uma iniciativa importante [ao referir-se a atual política de distribuição de absorventes nas farmácias populares], primeiro por dar visibilidade ao problema e oportunizar o debate social e político sobre ele”, considerando que a “distribuição de absorventes é um caminho para romper com a pobreza menstrual, mas precisa estar associada a outras ações de redução da desigualdade social e econômica” (COORDENADORA 2, 2024, informação verbal). Trata-se, nesse caso, de um passo importante, na medida que não negligencia o problema da pobreza menstrual, mas não pode ser o único, uma vez que diz respeito a desigualdades sociais e de gênero, que são estruturais, e que compõem um acervo de violências efetuadas contra as mulheres.

A pobreza menstrual é um problema nas interseções entre desigualdade de gênero e social, que impõe obstáculos adicionais a pessoas pobres menstruantes, conforme aponta o estudo **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**, apresentado pelo Unicef pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em 28 de maio, Dia Internacional da Dignidade Menstrual. Segundo o estudo, mais de 4 milhões de estudantes estão matriculados em escolas que apresentam infraestrutura precária de higiene, caracterizada por banheiros inadequados, ausência de pias ou lavatórios, falta de papel higiênico e sabão. Dentro desse contingente, quase 200 mil alunos não têm acesso a nenhum dos itens básicos de higiene em seu ambiente escolar (LIMA, 2021, online).

A Coordenadora 2 aponta, a respeito das políticas públicas de enfrentamento do problema,

[...] que não sabe dizer se já houve alguma avaliação por parte dos gestores públicos sobre a efetividade das políticas implementadas pela nova gestão do Executivo e pelo Legislativo de distribuição gratuita de absorventes, ou se houve tempo suficiente para realização dessa avaliação. Portanto, será preciso avaliar se a idade das pessoas foi calculada de modo correto, se os homens trans estão sendo beneficiados e se a quantidade de absorventes distribuída por pessoa é suficiente. Por ora, acredito que essas políticas

podem vir a minorar a pobreza menstrual (COORDENADORA 2, 2024, informação verbal).

Em sua fala, destacam-se, sobretudo, a necessidade de avaliação dos recortes efetuados pelo governo para restrição do público-alvo da política de distribuição gratuita de absorventes: idade, gênero e quantidade de produtos. Aparece, na fala acima, a preocupação com o atendimento aos homens trans, aspecto que estava colocado pela campanha realizada no ICSA desde o seu primeiro momento, na colocação de absorventes nos banheiros masculinos, como reforça a coordenadora 3, quando foi perguntada sobre a iniciativa de colocar caixas coletoras nos banheiros masculinos, “essa iniciativa foi tomada desde o início da campanha no ano anterior [ela se refere-se ao ano de 2022], e teve como foco sensibilizar, conscientizar e atender pessoas menstruantes usuárias dos banheiros ou conhecidas dos usuários” (COORDENADORA 3, 2024, informação verbal).

Coordenadora 1 lembra, a esse respeito, que dois foram os pontos principais para a colocação de absorventes nos banheiros masculinos:

[...] primeiro, era preciso tratar essa questão, da pobreza menstrual, como uma questão de saúde pública, devido aos expedientes utilizados para contenção da menstruação, e de orçamento familiar, do custo familiar da compra dos itens, aspectos que seriam mais acessados por todas as pessoas. Era assim que eu me referia à questão em públicos mais conservadores. Em segundo lugar, mas não menos importante, era uma forma de atendermos aos homens trans, que precisavam ter à mão absorventes quando precisassem (COORDENADORA 1, 2024, informação verbal).

Durante as entrevistas foram colocadas, para as alunas participantes da equipe executora, em pauta as dificuldades identificadas durante a campanha. A Discente 2 ressaltou, como uma de duas impressões em relação ao tema da campanha, que o “[...] assunto ainda é considerado um tabu muito grande, e que as pessoas tendem a ver a menstruação e a necessidade de absorvente como algo antinatural ou vergonhoso” (DISCENTE 2, 2024, informação verbal). A fala da Discente 1 também remete ao tabu dentro da universidade, pois uma dificuldade apontada por ela foi a obtenção de depoimentos de avaliação sobre a campanha, mesmo sendo disponibilizados QR code em cartazes colocados dentro dos banheiros. Apesar do alto número de avaliações devido ao fluxo de pessoas que utilizaram os banheiros de UNIFAL-MG, o número de depoimentos ainda sim era considerado relativamente pequeno. Acredita-se que o número de comentários sobre a campanha se dá porque o assunto é ainda pouco explorado dentro da universidade, embora seja avaliado

como uma importante iniciativa e de relevância, considerando a frequência de uso dos absorventes disponibilizados nos banheiros. No entanto, não houve comentários ou expressão de opinião por parte de outros sobre o tema apresentado, tal barreira foi ocasionada pela falta de verbalização desta temática.¹⁷

Outra dificuldade apontada pela Discente 1, foi a conscientização da importância das caixinhas coletoras nos banheiros masculinos e a degradação das caixinhas coletoras no banheiro masculino do restaurante universitário (RU), restaurante que a comunidade interna e externa faz uso.

Foi justamente no banheiro masculino que tivemos problemas quanto ao uso indevido dos absorventes e, mais recentemente, ao uso indevido da própria caixa coletora, que foi utilizada por trabalhadores da reforma da universidade para misturar massa corrida. Além disso, não foi incomum ser repreendida (especialmente por servidores da própria instituição) por entrar no banheiro masculino para repor os absorventes, mesmo após explicar o motivo da entrada (DISCENTE 1, 2024, informação verbal).

Dois aspectos são ressaltados pela Discente 1 em relação aos banheiros masculinos: (1) “uso indevido dos absorventes”; (2) “utilização indevida da caixa coletora”. Tais fatos, apesar de serem ocorrências ocasionais, vislumbra a real preocupação dos alunos envolvidos na primeira campanha no ICASA, como relatado pela Coordenadora 1 neste trabalho.

Ambos os casos podem ser explicados, no entanto, pela falta de conhecimento e/ ou intolerância ao tema, remetendo ao documentário **Absorvendo o tabu**, citado na introdução deste trabalho. A hostilização e o uso indevido podem apontar para o tabu relativo ao tema, que não é visibilizado de forma adequada nem mesmo nas escolas. Trata-se, essa indiferença ao tema, de uma questão que expõe a desigualdade de gênero, revelando aspectos do corpo físico e da saúde feminina como de pouca relevância social e que estigmatizam/inferiorizam a mulher.

Essa percepção da Discente 2 levou em conta, ainda, a Campanha em 2023, quando os funcionários terceirizados foram convidados a participar de uma roda de conversa sobre o tema a partir da exibição do curta-metragem **Pobreza Menstrual – o filme** (2021), dirigido por, Mayara Floss: “[...] a minha primeira participação [de 2023] foi uma apresentação do tema e uma roda de conversa com os terceirizados do campus” (DISCENTE 2, 2024, informação verbal). Perguntada sobre sua percepção em relação à conversa com os terceirizados do campus, a Discente 2 informou que:

¹⁷ O formulário de avaliação pode ser acessado em:
https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfcLio8G4q78kFC741I9uQE1Ca_NxdazJcQL7eMsK3n7cQbA/viewform?pli=1

Durante a reunião com os terceirizados, iniciamos uma roda de conversa, e teve uma participação forte masculina, mesmo que no início da dinâmica eles ficassem retraídos, pois acreditavam que não eram um assunto de público masculino, ao decorrer da roda de conversa eles foram se soltando e participando. A equipe da limpeza, composta por três mulheres, abraçaram a campanha desde o início e participam até hoje. Quando tínhamos o banheiro do Ru (restaurante universitário), as meninas da limpeza que repunham no banheiro, essa participação que iniciou na disciplina de teoria das organizações se mantém sólida de até hoje (DISCENTE 2, 2024, informação verbal).

Na percepção da Discente 2, houve, durante a roda de conversa, uma maior conscientização dos homens presentes, evidenciando um processo de aprendizagem sobre o tema. Se em um primeiro momento eles pareciam “retraídos”, sugerindo um incômodo com o tema e/ou a situação, “pois acreditavam que não era um assunto de público masculino”; durante as falas de todos, ou seja, no processo dialógico, essa retração se desfez, na percepção da Discente 2, na evidência de uma mudança de posicionamento: “eles foram se soltando e participando”.

Considerando a fala da Discente 2 acima, sobre o tabu relativo ao tema da menstruação (e da pobreza menstrual), e a exibição do curta-metragem sensibilizador seguido da roda de conversa e da explicação da campanha para os funcionários terceirizados, destacam-se alguns depoimentos destes, recolhidos pela equipe executora da campanha, que enfatizam a importância da ação e sugerem uma reflexão destes:

É importante incentivar a campanha para ajudar famílias precárias que não têm condições de comprar um absorvente (FUNCIONÁRIO DA SEGURANÇA, ICESA/UNIFAL-MG).

Várias vezes ajudei meninas no banheiro com absorventes próprios, pois as alunas diziam que esqueciam de levar. Por isso, doeii cerca de 22 absorventes até o momento. A campanha é muito importante e acredito que as caixas ficarão por muito tempo nos banheiros da UNIFAL (FUNCIONÁRIA DA LIMPEZA, ICESA/UNIFAL-MG).

Nunca vi nenhuma das caixas fora do lugar, sempre organizada e somente com os absorventes dentro. Desejo a continuação das caixinhas nos banheiros (FUNCIONÁRIA DA LIMPEZA, ICESA/UNIFAL-MG).¹⁸

Os depoimentos dos trabalhadores terceirizados acima apontam a importância da campanha e suas participações, não só no uso dos absorventes, mas também com a doação de unidades para as caixinhas dos banheiros. Como citado na seção anterior, a alta tributação de absorventes (LINO, 2023, p. 7) incide diretamente em

¹⁸ Os três depoimentos fazem parte do material de arte criado pela equipe executora da campanha, disponibilizados no Instagram, e referem-se à primeira campanha realizada no ICESA, antes que tivesse sido feita a exibição do curta-metragem **Pobreza menstrual – o filme**, e a roda de conversa.

famílias mais pobres, que não têm condição financeira de comprar os itens, como ressalta o funcionário da segurança da UNIFAL.

Os depoimentos observam também a organização das caixinhas, sempre arrumadas e com absorventes dentro, como destaca uma das funcionárias da limpeza da UNIFAL, lembrando que elas, as funcionárias, são responsáveis também pela higienização dos banheiros masculinos. Uma das funcionárias aponta a importância da campanha dentro da universidade, visto que já ajudou alunas com seu próprio estoque. No caso deste depoimento, ressalta ainda a participação efetiva da funcionária na campanha, na doação de unidades de absorventes para as caixinhas dos banheiros.

O depoimento de uma discente do curso de Administração Pública relata a importância da conexão entre a instituição de ensino e a comunidade externa, com a colocação de caixinhas nos banheiros do RU, frequentados pela comunidade externa, pois é um “meio de acesso da comunidade externa ao uso. Assim, incentivo que tal campanha se torne uma política permanente e que a instituição incorpore (DISCENTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2023, informação verbal).

No período em que participei da campanha, conforme dito, foram recolhidos relatos sobre a importância das caixinhas com absorventes, como o destacado por uma Secretária de Coordenação de Curso: “[...] muito bacana para todos que fazem uso da estrutura da UNIFAL, pois quem nunca esqueceu um absorvente. Ganhamos mais confiança, pois sabemos que lá, eu já fiz uso e já repus” (SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO DE CURSO, 2023, informação verbal).

O depoimento da Docente 1 alertou a equipe executora quanto a necessidade de uma maior divulgação da campanha: “[...] Participei da campanha doando. Sugiro que haja maior divulgação da campanha, talvez passando nas salas de aula para fazer um marketing mais direto.” (DOCENTE 1, 2023, informação verbal). A partir desse alerta, foi intensificada a divulgação da campanha nas salas de aulas, como a colocação de cartazes explicando a campanha e com acesso à avaliação.

O momento de colocação de cartazes nas salas de aulas foi de suma importância, pois se teve contato com professores que não sabiam bem da campanha, sendo que um deles, após nossa explicação sobre a ação extensionista e sobre o tema da pobreza menstrual, relatou o seguinte: “Acho interessante e muito importante” (DOCENTE 2, 2023, informação verbal). Outro professor disse: “Achei uma iniciativa muito interessante, também para ter uma noção quanto é importante o assunto da

precariedade menstrual” (DOCENTE 3, 2023, informação verbal). Essa situação aponta a importância da troca de diálogos entre alunos e professores em relação ao tema, que não alcança a todos de maneira igualitária, visto ser algo que implica em questões sociais e de gênero.

Outra Docente relata sua experiência com a campanha, observando seu envolvimento como disseminadora da ideia e como doadora de absorventes:

Particpei da Campanha doando e, como professora, falando da mesma sempre que tive oportunidade em aula. É importante que necessidades das mulheres sejam reconhecidas. Muitas meninas desistem de estudar quando menstruam, e a universidade atuar a respeito desse problema que limita a vida de mulheres em condições vulneráveis contribui para o aumento de ações sociais mais amplas (DOCENTE 4, 2023, informação verbal).

No depoimento acima, a Docente 4 destaca um problema que acomete meninas em idade escolar, a evasão escolar, revelando mais uma vez como a pobreza menstrual pode impactar a vida de mulheres e pessoas que menstruam, aprofundando desigualdades sociais. Segundo estudo realizado pela ONU, uma em cada dez meninas falta às aulas durante o período menstrual, sendo, no Brasil, o número mais expressivo: uma entre quatro estudantes já deixaram de ir à escola por não ter absorventes (LIMA, 2021, online). A evasão escolar prevê um aumento das desigualdades de gênero em momentos futuros, pois o ato de deixar de ir à escola acarreta uma interrupção dos estudos, podendo limitar as oportunidades de empregos nas vidas de pessoas que menstruam.

Esse fato aparece, por exemplo, na fala da Discente 2, ao dizer que

[...] escutei relatos de alunas do campus que puderam permanecer nas aulas porque nos banheiros tinham as caixas instaladas, e em outras circunstâncias elas teriam que ir embora, ou das mulheres que trabalham nos serviços gerais, que estavam trabalhando e não tinham absorventes naquele momento. (DISCENTE 2, 2024, informação verbal).

Apesar dos inúmeros relatos positivos em relação à campanha, tivemos, no entanto, depoimentos de docentes que não sabiam que a campanha estava acontecendo na UNIFAL¹⁹ ou acreditavam que a universidade não tinha público-alvo, sugerindo que todos os discentes tinham condições de comprar absorventes, como aponta o relato do Docente 6: “Não acho que a UNIFAL seja um problemão, existe lugares piores” (DOCENTE, 6, 2023, informação verbal) Tal hipótese do Docente 6 só pode ser explicada por seu desconhecimento da questão (pobreza menstrual) e

¹⁹ “Já está acontecendo a campanha? Ou ainda irá acontecer, essa entrevista é apenas um informativo” (DOCENTE 5, 2023, informação verbal)

das condições materiais do alunado da instituição, visto que uma parte dos discentes necessita de auxílios para permanecerem na universidade (auxílio-moradia e auxílio-alimentação), além de bolsas de pesquisa e de extensão.²⁰

Situações como as citadas acima, relativas aos docentes, ajudam a refletir sobre como o problema da pobreza menstrual repercute de modo diferente em homens e mulheres, visto que são estas as afetadas diretamente pela questão. Principalmente aquelas que não têm condições financeiras para realizar a compra do produto, como avalia fala do Funcionário da Segurança, terceirizado e com poder aquisitivo menor que os dos professores efetivos em seus cargos. Trata-se, portanto, de uma questão de gênero e de classe social, que impacta de forma severa em pessoas pobres que menstruam. Assim, a fala do Docente 6 se dá justamente porque o problema não o alcança de modo direto, revelando uma cegueira masculina conveniente em relação ao assunto e às estratégias organizadas por um Grupo de Pesquisa GENI que pauta suas ações na igualdade de gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações acima, é evidente a importância da implementação de ações extensionistas que evidenciam e geram a experiência empírica aos discentes, permitindo que eles compreendam o impacto na sociedade e o seu papel no processo de difundir as informações a população que carece da mesma, evidenciando e exigindo ações do Estado a fim de garantir e assegurar a dignidade menstrual àqueles que menstruam e carecem dos insumos e suportes necessários.

O tema da pobreza menstrual é crucial para pessoas que menstruam porque diz respeito a questões relacionadas à falta de acesso a produtos de higiene menstrual, educação sobre saúde reprodutiva e direitos menstruais. A pobreza menstrual afeta negativamente a saúde física e mental dessas pessoas, além de reforçar desigualdades de gênero e econômicas. Ao destacar e abordar essa questão, é possível trabalhar para garantir que todos tenham acesso a recursos adequados para lidar com sua menstruação de maneira digna e saudável.

²⁰ Segundo dados apresentados pela Assistência social do ICASA, no ano de 2024, tem-se o seguinte cenário em relação aos auxílios estudantis: 92 discentes beneficiários do auxílio alimentação e 62 discente que recebem auxílio permanência. Os alunos são classificados de acordo com o nível socioeconômico em uma pontuação que vai de 0 a 7 pontos para que recebam auxílio permanência e alimentação. Os alunos pontuados de 8 a 15 recebem apenas o auxílio alimentação. O valor do auxílio permanência é de R\$ 500,00.

As campanhas realizadas pelo Grupo de Pesquisa GENI, dentro e fora da instituição de ensino, apresentam a importância do tema e da conscientização das pessoas sobre a pobreza menstrual, combatendo os estigmas e tabus relacionados, visto que a pobreza menstrual se configura como uma violação de direitos fundamentais e de igualdade de gênero.

Apesar da existência de algumas políticas públicas de enfrentamento da pobreza menstrual, estas não atendem a todas as pessoas que necessitam, uma vez que se limita aquelas cadastrados no CadÚnico. Combater a pobreza menstrual exige um compromisso conjunto de governos e instituições da sociedade civil para a realização e implementação de políticas que garantam o acesso de todos.

Paralelamente, as Campanhas realizadas pelo Grupo de Pesquisa GENI em suas atividades extensionistas, a partir de seus resultados e das entrevistas realizadas com suas participantes, revela que houve uma maior conscientização das pessoas envolvidas em relação ao tema, fundamental para combater os estigmas ainda ligados à menstruação. Além disso, as ações, na medida em que envolveram a comunidade, apontam para a existência de um diálogo necessário entre a universidade e a sociedade, na identificação de problemas sociais e do conhecimento de sua realidade, fundamentais na formação discente e cidadã de futuros profissionais. Os relatos das Discentes 1 e 2 destacam, por exemplo, a importância da discussão do tema e como seu envolvimento na campanha possibilitou que as duas tivessem uma maior percepção do problema, o que se revela, sobretudo, na forma que expressam verbalmente sobre o tema.

Durante este trabalho, destacou-se o êxito das iniciativas realizadas na Campanha Dignidade Menstrual. Contudo, foi identificada a urgência de intensificar a conscientização comunitária sobre a pobreza menstrual por meio da criação de grupos de estudantes e da realização de oficinas destinadas a abordar essa questão fundamental. Essas medidas visam não apenas educar, mas também mobilizar a comunidade para promover uma abordagem mais inclusiva e digna em relação à menstruação.

REFERÊNCIAS

ASSAD, B. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revistas Antinomias**, v.2, n.1, 2021. Disponível em: <<https://antinomias.com.br/index.php/revista/article/view/21>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

BARBOSA, A. **A seletividade do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços: uma análise à luz da jurisprudência**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Direito), Universidade São Judas Tadeu, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6 de março de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 20 de Abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte. Coopmed, 2007. Disponível em: <extension://bfdogplmndidlpjfhiojckpakkdjkkil/pdf/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fwww.ufmg.br%2Fproex%2Frenex%2Fimages%2Fdocumentos%2FOrganizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Dignidade menstrual: Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual beneficiará 8 milhões de pessoas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/dignidade-menstrual-programa-de-protacao-e-promocao-da-saude-e-dignidade-menstrual-beneficiara-8-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

BOFF, R *et al.* Pobreza menstrual e sofrimento social: a banalização da vulnerabilidade social das mulheres no Brasil. **Psicologia, educação e cultura**, v.25, n.3, 2021.

BONFIM, M *et al.* A pobreza menstrual: Uma questão urgente no Brasil. **Migalhas**, 2021. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/350933/a-pobreza-menstrual-uma-questao-urgente-no-brasil>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

BORGES, S. Bolsonaro critica distribuição de absorvente: 'Só menstruam no meu governo'. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/11/25/bolsonaro-absorvente-menstruacao>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

DEUS, S. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PREUFISM, 2020, p. 11-60. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf>. Acesso em: 29 de março de 2024.

DIAS, R. MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1969.

GALVÃO, J. Novas políticas públicas precisam de um olhar abrangente para solucionar a pobreza menstrual. **Jornal da USP**, 2023. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/radio-usp/novas-politicas-publicas-precisam-de-um-olhar-abrangente-para-solucionar-a-pobreza-menstrual/>>. Acesso em: 07 de março de 2024.

IFRAIM, M. C. Guia completo com perguntas e respostas sobre a Lei Maria da Penha. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/guia-completo-com-perguntas-e-respostas-sobre-a-lei-maria-da-penha/916735899>>. Acesso em: 20 de maio de 2024

KORUI. **Pobreza menstrual: o que é e como combatê-la**. Disponível em: <<https://korui.com.br/blogs/news/pobreza-menstrual-o-que-e-e-como-combate-la>>. Acesso em: 18 maio 2024.

LEITÃO, C. **A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise**. PUC-Rio. Disponível em: <<https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2021/10/livro3-cap7-Entrevista.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

LIMA, P. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Agência Senado**. Jul. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas>>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

LINO, L. **A importância do planejamento tributário como ferramenta de gestão financeira e estratégica**. Trabalho de Conclusão de Piepex (Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia), Universidade Federal de Alfenas, 2023.

MANZINI, E. Entrevista Semi-Estruturada: Análise de Objetivos e de Roteiros. Programa de Pós-Graduação, Marília: Unesp. Disponível em: <<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:5dde528b-b249-476c-a6bc-22ae8874cc0a>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

MENGARDO, B. De absorvente a talco, produtos adquiridos por mulheres têm tributação elevada. **JOTA**, 2023. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/coluna-barbara-mengardo/de-absorvente-a-talco-produtos-adquiridos-por-mulheres-tem-tributacao-elevada-21062023>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

MINGOTE, B. Distribuição de absorventes via Farmácia Popular reforça programa aprovado pelo Congresso. **Rádio Senado**, 2024. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2024/01/23/distribuicao-de-absorventes-via-farmacia-popular-reforca-programa-aprovado-pelo-congresso#:~:text=Agora%2C%20em%202024%2C%20o%20Programa,Cadastro%20%2C%20conhecido%20como%20Cad%20%2C%20Anico>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

MEC. Ministério da Educação. **Política Nacional de Extensão**. Manaus: MEC, 2012. Disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saiba como ter acesso a absorventes gratuitos em Minas Gerais. **GOV**, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/minas-gerais/2024/fevereiro/saiba-como-ter-acesso-a-absorventes-gratuitos-em-minas-gerais#:~:text=Absorventes%20gratuitos%20est%C3%A3o%20sendo%20distribu%C3%ADdos,791%20cidades%20de%20Minas%20Gerais>>. Acesso em: 7 de março de 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Dignidade Menstrual - um ciclo de respeito**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2024.

MOREIRA, L. **Pobreza menstrual no Brasil: diagnósticos e alternativos**. Trabalho de conclusão de curso (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, 2021 (p. 9 a 18).

MOTORYN, P. Absorventes, patentes e Eletrobras: entenda os vetos que o Congresso vai analisar pós-recesso. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/01/26/absorventes-patentes-e-eletobras-entenda-os-vetos-que-o-congresso-vai-analisar-pos-recesso>>. Acesso em: 07 de março de 2024.

NORTÃO, L. Projeto de Lei do dep. Jair Montes sobre Pobreza Menstrual que está em tramitação é elogiado por parlamentar do Amazonas. **Nortão**. 2021. Disponível em: <<https://www.al.ro.leg.br/institucional/noticias/projeto-de-lei-do-dep-jair-montes-sobre-pobreza-menstrual-que-esta-em-tramitacao-e-elogiado-porparlamentar-do-amazonas>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

PAULSEN, L. **Curso de Direito Tributário Completo**. 13ª Ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022 (p.177).

POBREZA Menstrual – O Filme. Dirigido por Mayara Floss. Produção de Rural Seeds. 2021. Vídeo Youtube (5,25min). Port. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0mcGvg4CTyg>>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

PROEX. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. Belo Horizonte, 2007.

SHIRAISHI, L. S. et al. Pobreza menstrual e políticas públicas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.2, 2022.

SIQUEIRA, J. et al. A precariedade menstrual: um tabu a ser quebrado. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 13, 2022.

SOUSA, V. **Pobreza menstrual no brasil e os impactos no direito à educação das mulheres**: uma violação de direitos humanos. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito), Universidade Federal Rural do Semiárido, 2022.

UNICEF. 1 em cada 3 pessoas no mundo não tem acesso a água potável, dizem o UNICEF e a OMS. **UNICEF**, 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

UNICEF. UNICEF leva absorventes e informação a mais de 55 mil adolescentes e jovens que menstruam no Norte e Nordeste. **UNICEF**, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-leva-absorventes-e-informacao-mais-de-55-mil-adolescentes-e-jovens-que-menstruam>>. Acesso em: 7 de março de 2024.

UNFPA & UNICEF. Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos. Brasília, **UNFPA & UNICEF**, 2021.

UNFPA. Falta de acesso a absorventes é ponta do problema relacionado à pobreza menstrual, afirma. **UNFPA**, 2022. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/falta-de-acesso-a-absorventes-e-ponta-do-problema-relacionado-a-pobreza-menstrual-afirma>>. Acesso em: 5 de maio de 2024.

UOL. Tabata: Bolsonaro mente ao dizer que projeto não tem fonte de financiamento. **UOL**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/08/bolsonaro-usa-desculpas-esfarrapadas-veto-absorventes-gratuitos-diz-tabata>>. Acesso em: 6 de março de 2024.

VIEIRA, N. Pobreza menstrual Dia Mundial para Conscientização sobre Saúde e Higiene Menstrual. **Labirinto**, 2022. Disponível em: <https://www.labirinto.labor.unicamp.br/dia-mundial-para-conscientizacao-sobre-saude-e-higiene-menstrual/#:~:text=Tamb%C3%A9m%20em%202014%2C%20a%20ONU%20reconheceu%20a%20legitimidade,a%20pauta%20da%20dignidade%20menstrual%20ganhou%20for%C3%A7a%20pol%C3%ADtica>. Acesso em: 03 de maio de 2024

VITOR, D. Farmácia Popular começa a distribuir absorventes gratuitamente. **Rádio Agência**, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2024-01/farmacia-popular-comeca-distribuir-absorventes-gratuitamente>>. Acesso em: 07 de março de 2024.

APÊNDICE A – Perguntas para Coordenadora 2

1. No relatório de 2021, é relatada a participação da comunidade externa (Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Comissão da Mulher Advogada da OAB, Mulheres do PSOL, Feminismo Popular de Varginha, Projeto Brincarte, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Coletivo Feminista Bertha Lutz do CEFET, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Mulher) na organização e execução da campanha. Pode nos contar um pouco mais sobre essa troca de informações, sobre a iniciativa e a receptividade da comunidade externa em relação ao projeto?
2. Como foi a escolha dos participantes executores da campanha realizada no ICSA?
3. Quais foram as dificuldades das campanhas?
4. Como foi a iniciativa para colocar as caixinhas nos banheiros masculino e por quê?
5. Como você percebeu o envolvimento da comunidade acadêmica na campanha?
6. Como você percebe a importância de atividade de extensão na formação discente?
7. As novas políticas de distribuição de absorventes são capazes de romper a pobreza menstrual?

APÊNDICE B – Perguntas para Coordenadora 3

1. Como foi a incorporação da campanha em sua disciplina?
2. Como foi o envolvimento e a colaboração dos alunos?
3. Como foi a recepção da universidade com a iniciativa do projeto?
4. Houve alguma alteração no modo de execução da campanha, considerando as experiências anteriores?
5. Quais foram as dificuldades da campanha?
6. Como foi a iniciativa para colocar as caixinhas nos banheiros masculino e por quê?
7. Como você percebeu o envolvimento da comunidade acadêmica na campanha?
8. Como você percebe a importância de atividade de extensão na formação discente?
9. As novas políticas de distribuição de absorventes são capazes de romper a pobreza menstrual?

APÊNDICE C – Perguntas para COORDENADORA 1

1. No relatório de 2021, é relatada a participação da comunidade externa (Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Comissão da Mulher Advogada da OAB, Mulheres do PSOL, Feminismo Popular de Varginha, Projeto Brincarte, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Coletivo Feminista Bertha Lutz do CEFET, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Mulher) na organização e execução da campanha. Pode nos contar um pouco mais sobre essa troca de informações, sobre a iniciativa e a receptividade da comunidade externa em relação ao projeto?
2. Como foi a escolha dos participantes executores da campanha realizada no ICSA?
3. Quais foram as dificuldades das campanhas?
4. Como foi a iniciativa para colocar as caixinhas nos banheiros masculino e por quê?
5. Como você percebeu o envolvimento da comunidade acadêmica na campanha?
6. Como você percebe a importância de atividade de extensão na formação discente?
7. As novas políticas de distribuição de absorventes são capazes de romper a pobreza menstrual?

APÊNDICE D – Perguntas para Discentes 1 e 2

1. O tema da pobreza menstrual era de conhecimento de você antes da campanha?
2. Após a campanha, como seu conhecimento sobre a questão foi alterado?
3. Como foi sua colaboração na campanha?
4. Como foi organizada a recolha e a distribuição dos absorventes das caixinhas dentro dos banheiros femininos e masculinos?
5. Quais foram as dificuldades que você identificou em relação à campanha?
6. As novas políticas de distribuição de absorventes são capazes de romper a pobreza menstrual?
7. Qual impacto a participação dessa ação extensionista tem para sua formação como discente, cidadã e futura profissional?